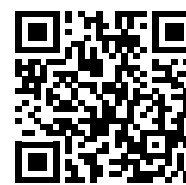




SEMANÁRIO OFICIAL

ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS

ANO IV - EDIÇÃO 235 - 16 de Outubro de 2020



Gabinete

LEI Nº 4.154, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020.

“Autoriza o Poder Executivo a cumprir integralmente o acordo coletivo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Cosmópolis, e dá outras providências”.

ENGº JOSÉ PIVATTO, Prefeito Municipal de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER QUE, a Câmara Municipal de Cosmópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários para integral cumprimento do acordo firmado entre a Prefeitura Municipal de Cosmópolis e o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Cosmópolis para o período compreendido entre 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, que fica fazendo parte integrante e inseparável desta Lei.

Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 09 DE OUTUBRO DE 2020.

ENGº. JOSÉ PIVATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por afixação no quadro próprio de Editais, na sede da Prefeitura, na mesma data.

Vânia Regina Barrozo
Setor de Expediente

Vamos combater o coronavírus!

Com cada um fazendo sua parte,
colaborando e se organizando!



PREFEITURA DE
COSMÓPOLIS



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021 SINDSERV/MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, Entidade Sindical de 1º Grau, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 67.166.868/0001-37, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 69, Centro, Cosmópolis – SP, CEP 13150-007, nesse ato representado por seu Presidente, Sr. José Nascimento dos Santos, e **MUNICÍPIO DE COSMÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 44.730.331/0001-52, estabelecida à Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis – SP, CEP 13150-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Pivatto, **CONVENCIONAM**, entre si, o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO** para o dissídio compreendido entre 1º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, que se regerá pelas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLAUSULA ECONÔMICA

CLÁUSULA 1ª - REPOSIÇÃO SALARIAL

Em respeito a Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus/Covid-19, cujas determinações impedem até 31/12/2021 a concessão de aumentos, vantagens, reajustes ou adequação de remunerações dos servidores públicos municipais e por orientação do Ministério Público do Trabalho através do Processo nº 002224.2020.15.000/2, cuja mediação se deu em 12/08/2020, restam suspensas as negociações acerca da concessão de benefícios de ordem econômica entre as partes, mantendo-se, evidentemente, todas as conquistas obtidas anteriormente em sede de Acordos Coletivos.

Ainda, as cláusulas do Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2019/2020 foram inseridas no texto do presente.

Em havendo nova interpretação legal por nossos Tribunais acerca de referida Lei Complementar, o Município de Cosmópolis será instado pelo Sindicato na reabertura das negociações, inclusive dando-se conhecimento ao Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULAS SOCIAIS

CLÁUSULA 2ª - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

a) O pagamento dos salários dos servidores públicos municipais será efetuado até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, em cumprimento ao artigo 459, parágrafo 1º da CLT;



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

b) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis concederá a todos os servidores municipais, tempo hábil, dentro da jornada de trabalho, para o recebimento de seus vencimentos ou mediante cronograma de cada Secretaria;

c) Nos dias de pagamento dos servidores lotados na Garagem Municipal, os mesmos cumprirão sua jornada de trabalho de forma corrida, ou seja, das 07:00 às 13:00 horas;

d) Ante a dificuldade que alguns servidores têm em acessar os seus holerites através da internet, quando solicitado pelo mesmo, a Secretaria de Recursos Humanos os fornecerá.

CLÁUSULA 3ª – GRATIFICAÇÃO NO ANIVERSÁRIO

a) Ao servidor público aniversariante, será concedido 01 (um) dia de descanso no mês do aniversário, ficando a cargo de cada secretaria um cronograma para não prejudicar o andamento do atendimento.

b) Quando o servidor público municipal estiver em gozo de férias, referida gratificação será concedida no mês subsequente.

CLÁUSULA 4ª – CARGA HORÁRIA DOS GUARDAS MUNICIPAIS

a) A jornada de trabalho dos Guardas Municipais e Agentes de Trânsito será de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas, com intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para refeição;

b) A escala de horários deverá seguir um critério de revezamento nos postos de trabalho;

c) O intervalo intrajornada para refeição deverá ser registrado pelo servidor guarda municipal por meio manual, mecânico ou eletrônico;

d) O intervalo intrajornada para refeição não poderá ser debitado dos vencimentos do servidor.

e) Ao guarda municipal designado como Inspetor será concedido gratificação funcional sobre o salário-base, por iniciativa da Secretaria de Segurança Pública.

CLÁUSULA 5ª – DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

a) Na substituição com prazo igual ou superior a 15 (quinze) dias, o servidor substituto deverá receber salário igual ao do servidor substituído, enquanto perdurar a substituição.

b) Nos casos de substituição dos cargos de chefia, na falta de servidor substituto eventual, o servidor que for designado deverá ser informado por escrito, inclusive com cópia ao Setor de Recursos Humanos, para fins de pagamento de salário igual ao do servidor substituído, enquanto perdurar a substituição.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 6ª - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

O servidor poderá optar pela antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário, nos seguintes casos:

a) Por ocasião da comunicação de suas férias ou a qualquer momento, através de requerimento encaminhado ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal e de acordo com a disponibilidade do erário e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA 7ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias trabalhadas terão acréscimo de 50% (cinquenta por cento) ou 100% (cem por cento) dependendo da jornada de trabalho dos servidores, consoante determina a CLT.

a) Não haverá compensação ou banco de horas, se antes não houver negociação em comum acordo entre o Sindicato dos Servidores Públicos e a Administração.

b) Os servidores que trabalham aos finais de semana em Campanhas de vacina e controle de zoonoses promovidas pela Prefeitura, terão direito a 01 (um) dia de folga e o dinheiro será pago em folha de pagamento na forma de bônus de campanha.

c) As horas trabalhadas pelos servidores lotados no Departamento de Água e Esgoto do Município, realizadas em dias de ponto facultativo, serão remuneradas como extraordinárias.

d) Também serão beneficiados com remuneração extraordinária, os servidores lotados nas funções de guarda municipal e agentes de trânsito, quando laborarem em dias de ponto facultativo e não estiverem em escala 12/36 (doze por trinta e seis).

CLÁUSULA 8ª - DOS CARGOS EM COMISSÃO

O Município de Cosmópolis destinará o percentual estabelecido na Lei Municipal nº 3.931/2017 de Cargos em Comissão para os servidores municipais efetivos de carreira até que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários sejam implantados.

CLÁUSULA 9ª - DESCONTOS NOS HOLERITES

a) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis efetuará os descontos em folha de pagamento dos Servidores Municipais referentes aos Convênios do Sindicato e Contribuições Associativas Sindicais, aprovadas em Assembleia Geral da Categoria. O Sindicato enviará à Administração Municipal, através de ofício, os percentuais aprovados, bem como, enviará também, se necessário for, a Ata de Aprovação e outros documentos.

b) Os Convênios do Sindicato e as Contribuições Associativas Mensais serão descontados e repassados ao Sindicato até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do desconto. O Sindicato comunicará, através de ofício, os percentuais aprovados pela Assembleia Geral da Categoria.

c) O Sindicato enviará as relações para descontos dos Servidores Municipais referentes aos convênios, novos sócios, entre outros, até o dia 18 de cada mês.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 10ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

A Prefeitura Municipal de Cosmópolis garantirá a liberação de Dirigentes Sindicais, com integrais garantias de suas remunerações e benefícios, a razão de 01(um) dirigente para cada grupo de 100 servidores sindicalizados.

CLÁUSULA 11ª - DAS GARANTIAS SINDICAIS

a) É garantido o livre acesso dos Dirigentes Sindicais em todas as repartições públicas, para receber ou prestar informações, além da distribuição de boletins ou jornais do Sindicato.

b) A Prefeitura Municipal autorizará a liberação dos Dirigentes Sindicais para reunião mensal de Diretoria na última (5ª) quinta-feira de cada mês, às 12:00h (doze horas), bem como para cursos, palestras e acompanhamentos processuais, mediante notificação.

c) Fica garantida aos Dirigentes Sindicais, a liberação de suas funções/atribuições junto a Prefeitura Municipal, para o exercício de atividades sindicais, mediante os mesmos padrões salariais e reajustes de suas funções de origem e sem prejuízo em seus vencimentos, incluídos adicionais e vantagens.

d) O Sindicato terá espaço reservado, a critério da Prefeitura, junto aos relógios de ponto, para colocação de quadros de avisos, de sua prioridade, para informar os servidores através de publicações, avisos e convocações de assuntos sindicais.

CLÁUSULA 12ª - COMUNICAÇÃO DE FÉRIAS

a) A Concessão de férias será comunicada por escrito ao servidor, com antecedência de trinta dias, cabendo a este, assinar a respectiva notificação.

b) No mês em que o Servidor estiver de férias, poderá mediante requerimento enviado ao Setor de Recursos Humanos, receber um pagamento igual ao que receberia caso estivesse trabalhando, a título de antecipação salarial. Esta antecipação será descontada em até 06 (seis) parcelas mensais. O requerimento de que trata este item, deverá ser protocolado no Setor competente da Prefeitura e será liberado de acordo com a disponibilidade do erário e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) Fica expressamente proibido qualquer tipo de desconto sobre os vencimentos das férias, salvo aqueles determinados por Lei ou aprovados em Assembleia Geral da categoria.

d) O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dia de compensação de repouso semanal.

e) O servidor público municipal poderá optar pelo recebimento de suas férias, mediante requerimento a Secretaria de Recursos Humanos, que se dará da seguinte forma: O Terço Constitucional será pago em até dois dias antes do respectivo período e o saldo de férias será pago até o 5º dia útil do mês subsequente.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 13ª - VALE TRANSPORTE

- a) A Prefeitura entregará o Vale Transporte em períodos regulares, de modo que não criem intervalos entre períodos de utilização. Devendo ser distribuídos até o 10º (décimo) dia de cada mês, descontados os valores dos mesmos, na forma da Lei Federal.
- b) O Vale Transporte será distribuído aos servidores públicos municipais pelo Setor de Recursos Humanos (RH) e será equivalente aos dias trabalhados dentro do mês.
- c) Também terão direito ao Vale Transporte os servidores públicos municipais lotados nas funções de agente comunitário de saúde, contemplados pelos programas habitacionais sociais do Governo Federal.
- d) Quando o servidor público municipal for convocado para trabalhar aos finais de semana, feriados e pontos facultativos, deverá retirar os respectivos Vales Transportes junto ao responsável pela convocação.

CLÁUSULA 14ª - DEMISSÃO NA DATA BASE

Os servidores não estáveis, não poderão ser demitidos sem justa causa dentro do prazo de 30 (trinta) dias que antecede, e 60 (sessenta) dias posteriores a data base, ou seja, no período de 01 de abril a 30 de julho, sendo assegurado Dispensa por Processo Administrativo, conforme legislação.

CLÁUSULA 15ª - TRABALHADORA GESTANTE

- a) A Servidora gestante deverá encaminhar o comprovante de seu estado de gravidez à médica do Trabalho da Municipalidade.
- b) Nos casos de aborto natural, a Servidora terá garantia de emprego e salário até duas semanas após o fato, sem prejuízo de aviso prévio legal.
- c) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis adotará a licença maternidade de 180 (cento e oitenta dias) a partir de 01 de Junho de 2009 de acordo com a Lei Federal.

CLÁUSULA 16ª - LICENÇA PARA ADOTANTES

Fica garantida a licença remunerada de 120 (cento e vinte dias) para a Servidora que adotar menor (mãe adotante) ou obter judicialmente sua guarda definitiva para fins de adoção de crianças na faixa de 0 (zero) a 12 (doze) anos de idade.

CLÁUSULA 17ª - DO SERVIDOR AFASTADO PELO INSS

- a) Será garantida a estabilidade de 03 (três) meses para o servidor não estável, após a alta médica do INSS.
- b) Ficará garantido a todos os Servidores afastados pelo INSS que os mesmos ao retornarem às suas atividades na Prefeitura, terão os mesmos direitos daqueles que se encontram em atividade.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 18ª - CURSOS PROFISSIONALIZANTES, ESTÁGIO E HORÁRIOS ESPECIAIS AO SERVIDOR ESTUDANTE

- a) A Prefeitura Municipal apresentará cronograma de Cursos Profissionalizantes, para capacitação de servidores municipais, para os próximos doze meses, num prazo de 90 dias.
- b) A Prefeitura Municipal autorizará que o servidor público municipal estudante realize seu estágio no âmbito de suas Secretarias ou fora delas, com a possibilidade ou não da reposição dessas horas estagiadas.
- c) Ao servidor público municipal estudante matriculado em estabelecimento de ensino será concedido horário especial de trabalho que possibilite a frequência regular às aulas.

CLÁUSULA 19ª - DESJEJUM

- a) A Prefeitura Municipal fornecerá desjejum (café com leite, pão com margarina) aos servidores de todos os Departamentos da Prefeitura, incluindo-se todas as escolas, creches e EMEIs do Município, sem prejuízo do salário, até 20 (vinte) minutos antes do início de seu trabalho.
- b) A Prefeitura Municipal implantará o Refeitório Municipal após estudos realizados pela mesma.

CLÁUSULA 20ª - DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO E DA CESTA BÁSICA

- a) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis fornecerá um cartão alimentação para compras aos servidores públicos municipais ativos, professores municipalizados e membros titulares do Conselho Tutelar, no valor de R\$ 452,50 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) mensais.
- b) No que tange aos servidores públicos municipais estatutários, inativos, aposentados ou pensionistas e cargos em comissão, as regras quanto ao fornecimento do Cartão Alimentação estão definidas pela Lei Municipal nº 3.968 de 12/06/2018.
- c) O servidor público municipal afastado por doença ou acidente de trabalho terá direito ao recebimento do cartão alimentação.
- d) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis entregará a cesta básica e liberará o crédito integral do cartão alimentação aos servidores até o dia 20 de cada mês. Em relação a cesta básica, deverá o servidor retirá-la em até 30 (trinta) dias de sua disponibilização.
- e) Os servidores públicos municipais da letra "A" até "H" da Tabela de Vencimentos serão isentos do percentual de desconto referente a cesta básica, desde que o trabalhador não apresente falta injustificada.
- f) O servidor público municipal das letras "A" até "H" da Tabela de Vencimentos, afastado por doença ou acidente de trabalho, terá direito ao recebimento da cesta básica.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 21ª - REGIME JURÍDICO

O regime jurídico dos Servidores da Prefeitura Municipal de Cosmópolis é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

CLÁUSULA 22ª - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

a) O Servidor não estável que for demitido sem justa causa, receberá comunicação, na qual constará a data da homologação e da dispensa;

b) O Servidor não estável demitido sem justa causa, com mais de um ano de serviço, deverá ter sua rescisão de contrato de trabalho, acompanhada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, para a respectiva homologação, dentro do prazo previsto no artigo 477 da CLT. As homologações serão feitas, na sede do Sindicato, mediante agendamento prévio com a entidade sindical, dentro do horário comercial;

c) A Prefeitura fornecerá carta de referência ao Servidor demitido sem justa causa.

CLÁUSULA 23ª - DOS ATRASOS

Havendo atraso ao trabalho, não habitual, de até 10 (dez) minutos do horário de entrada do servidor em serviço, durante a semana, este deverá ser justificado perante a sua chefia imediata, a qual poderá autorizar ou não o cumprimento da jornada de trabalho, sendo que no caso de autorizada, não sofrerá o servidor, prejuízo ou qualquer desconto no descanso semanal remunerado.

CLÁUSULA 24ª - JUSTA CAUSA, ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO.

a) O servidor municipal estável, somente poderá ser demitido por justa causa, após a conclusão do processo administrativo, garantido ao acusado a ampla defesa;

b) Ocorrendo motivos de aplicação das penas previstas nesta cláusula, deverá o fato ser comunicado ao servidor por escrito, com registro em seu prontuário, e justificando os motivos de sua aplicação;

c) Aberto o processo administrativo contra servidor, a comissão processante informará o sindicato, para o acompanhamento do mesmo.

CLÁUSULA 25ª - FALTAS E HORAS ABONADAS

O Servidor poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos seguintes casos:

a) Até 05 (cinco) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), pai, mãe e irmão(a), a contar da ocorrência do fato;

b) Até 02 (dois) dias consecutivos em caso de falecimento de avós, netos(as), sogro(a), padrasto e madrasta, genro e nora, cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a) ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica, reconhecida legalmente, a contar da ocorrência do fato;



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

c) Até 05 (cinco) dias consecutivos para casamento;

d) Por 20 (vinte) dias consecutivos em razão de nascimento de filho(a) e em caso de adoção;

e) Para acompanhar o filho(a), esposo(a), companheiro(a), pai ou mãe, sogro(a), ao médico, desde que estes residam no mesmo imóvel do servidor, mediante a comprovação das horas ausentes do local de trabalho, através de Declaração de Acompanhante;

f) Fica terminantemente proibida a somatória das horas ausentes apresentadas pelos servidores, através de Declarações, com o fim de aplicar a penalidade de falta injustificada;

g) Fica autorizado o desconto no crédito do cartão alimentação em razão de falta injustificada, por afastamento sem remuneração, por data de admissão ou demissão do servidor público municipal, cuja apuração do valor do dia(s) se dará a razão de 1/30 avos do valor total do crédito do cartão, conforme fechamento do controle de ponto;

h) As folgas oriundas do trabalho do servidor em Eleições deverão ser gozadas em até 12 (doze) meses seguintes após as Eleições.

CLÁUSULA 26ª - TRABALHO EXTERNO

No caso de prestação de serviços externos, pelo servidor, a Prefeitura Municipal, arcará com todas as despesas necessárias, providenciando o empenho do valor a ser adiantado, ficando o servidor obrigado a realizar a prestação de contas.

CLÁUSULA 27ª - NECESSIDADES HIGIÊNICAS

a) A Prefeitura fornecerá gratuitamente e obrigatoriamente a todos os servidores, os produtos para sua higiene pessoal, tais como: sabão, sabonete, pasta de limpeza de mãos, papéis toalhas e papéis higiênicos.

b) Nas seções que se utilizarem na mão de obra feminina, as caixas de primeiro socorros deverão conter absorventes higiênicos para ocorrências emergenciais.

c) A Prefeitura providenciará nas dependências das Creches e Emeis, local apropriado para troca de roupa e higiene pessoal, tal como chuveiro para os funcionários da mesma, e uma área de descanso para intervalo de almoço.

CLÁUSULA 28ª - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

a) Quando indispensável à prestação de serviço ou quando exigido pela Prefeitura, esta fornecerá gratuitamente aos servidores, equipamentos de proteção individual - EPIs, adequado ao risco e em perfeito estado de funcionamento e conservação, inclusive, óculos de segurança com grau, conforme receita médica, devendo o servidor usá-los.

b) Caso o servidor não se adapte ao EPI, deverá entrar em contato com a CIPA para que sejam tomadas as providências necessárias.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

c) Os membros da CIPA deverão realizar as atividades relativas a mesma, em seu horário de trabalho, sendo dispensados do serviço habitual, caso haja necessidade de atividades especiais.

d) Como medida de incentivo a atuação da CIPA, seus membros estarão liberados por meio período nos dias em que se derem as suas reuniões mensais, mediante a comprovação de participação através de lista de presença.

CLÁUSULA 29ª - DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE OU IMINENTE

Quando no exercício de sua função, o servidor entender que sua vida ou integridade física está em risco, em razão da falta de medidas adequadas de proteção no Local de trabalho, poderá suspender ou recusar o serviço, comunicando imediatamente o seu superior, o setor de segurança e medicina do trabalho da Prefeitura, CIPA e o Sindicato.

CLÁUSULA 30ª - PRIMEIROS SOCORROS

A Prefeitura Municipal garantirá aos seus servidores acidentados que trabalham em turnos de revezamento, inclusive ao sábado, domingo e feriado, a locomoção para um hospital.

CLÁUSULA 31ª - DAS CONVOCAÇÕES PARA DEPOIMENTOS

a) O Servidor, quando convocado para cursos, palestras ou depoimento junto ao Fórum ou Delegacia, sobre assunto referente à sua função ou contraído em face ao desempenho da mesma, em dias de folga, as horas despendidas deverão ser pagas como hora extra a 100% (cem por cento);

b) Para efeito da aplicação da cláusula anterior, o servidor deverá comprovar o fato, através de atestado expedido pelo órgão ao qual esteve a disposição, informando o horário correto, inclusive do efetivo término da convocação;

c) Se o servidor for preso, detido ou processado em decorrência do exercício regular de suas funções, a Prefeitura Municipal assumirá a sua defesa.

CLÁUSULA 32ª - EXAMES MÉDICOS

a) Todo o servidor será submetido a exame médico periódico, previstos na Legislação Trabalhista;

b) Os exames deverão ser efetuados dentro do horário normal de trabalho do servidor;

c) Durante o tratamento médico decorrente de acidente de trabalho, a Prefeitura Municipal de Cosmópolis fornecerá gratuitamente ao acidentado, os medicamentos prescritos pelo médico responsável;

d) A Prefeitura Municipal de Cosmópolis manterá atendimento de serviço social e psicológico exclusivo aos Servidores.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

CLÁUSULA 33ª - ATESTADOS MÉDICOS/ODONTOLÓGICOS E DECLARAÇÕES

a) Serão reconhecidos os atestados médicos ou odontológicos, emitidos em conformidade com a Portaria MPAS nº 3.291 de 20/02/1984;

b) Caso o sindicato venha a celebrar algum tipo de convênio médico ou odontológico, os atestados fornecidos sob a responsabilidade deste serão devidamente reconhecidos, devendo os convênios celebrados, ser comunicados a Prefeitura;

c) Todos os atestados deverão ser retificados pelo Médico do Ambulatório Municipal;

d) O servidor público municipal que apresentar declarações de comparecimento em Audiências, bem como, declarações de atendimento jurídico emitido pelo Sindicato, não sofrerão quaisquer descontos em seus vencimentos;

e) Igualmente, o servidor público municipal que apresentar declaração emitida por Órgãos Públicos, não sofrerá quaisquer descontos em seus vencimentos.

CLÁUSULA 34ª - AUXÍLIO EXCEPCIONAIS

A Prefeitura Municipal reembolsará mensalmente, a título de auxílio, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente no mês da competência do reembolso, aos servidores que tenham filhos, esposas ou esposos excepcionais, assim considerados os portadores de limitações psicomotoras, cegos, surdos, mudos, deficientes mentais, autistas, síndrome de Down, mediante avaliação do médico especialista e ratificado pelo serviço médico municipal.

CLÁUSULA 35ª – UNIFORMES

A Prefeitura fornecerá gratuitamente a todos os servidores 02 (dois) conjuntos completos de uniformes, por ano. Entendem-se como uniformes: roupas, óculos de segurança, capacetes, aventais, macacões, botas, calçados, sem qualquer ônus para o servidor, quando a atividade assim o exigir, ressaltando-se as condições mais favoráveis existentes e adequadas ao serviço prestado.

CLAUSULA 36ª – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários quando de seu cumprimento, deverá contar com a participação de membros da Diretoria do Sindicato, inclusive no que tange a Comissão de Avaliação.

CLÁUSULA 37ª – DO SERVIDOR PÚBLICO PRESO

a) Ao servidor público preso provisoriamente, cujos fatos envolvam o cumprimento de suas funções, será concedido um salário base mensal;

b) Somente terá direito ao benefício acima, o servidor que tiver negado o pedido de auxílio reclusão perante o INSS;



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

c) Os documentos necessários para o pedido são: Documento do INSS negando o recebimento de Auxílio Reclusão e Certidão Criminal que informe a situação processual do servidor.

CLÁUSULA 38ª – NEGOCIAÇÕES

Quando da necessidade de se resolver quaisquer problemas referentes aos servidores ou de alguma cláusula do presente acordo, se encaminhará a questão inicialmente ao Secretário de Administração ou outro que se julgue necessário e em última instância ao Sr. Prefeito Municipal.

CLÁUSULA 39ª – RELAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Obriga-se a Prefeitura Municipal de Cosmópolis em enviar ao Sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas e comissionados.

CLÁUSULA 40ª – PLANOS DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Cosmópolis compromete-se em realizar estudo/levantamento com o fim de viabilizar o aumento gradual do subsídio pago dos Planos de Saúde dos servidores públicos municipais a partir da próxima data-base.

CLÁUSULA 41ª – CESTA DE NATAL

O Município de Cosmópolis entregará à todos os servidores públicos municipais de Cosmópolis, estatutários ativos e inativos, professores municipalizados e membros titulares do Conselho Tutelar, independentemente de sua jornada de trabalho, uma cesta de Natal. Referida entrega se dará no mês de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 42ª – SEGURO DE VIDA

No mês de janeiro de 2020, o Município de Cosmópolis, através de Convênio firmado com o Sindicato, concederá a todos os servidores públicos municipais de Cosmópolis, estatutários ativos e inativos, professores municipalizados e membros titulares do Conselho Tutelar, independentemente de sua jornada de trabalho, Seguro de Vida com auxílio funeral.

CLÁUSULA 43ª – CUMPRIMENTO

a) A Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores se comprometem a cumprir o presente acordo coletivo, em todos os seus termos e condições.

b) A Prefeitura Municipal remeterá a Câmara Municipal, projeto de Lei, que autorize o integral cumprimento do presente acordo coletivo.

CLÁUSULA 44ª – DA VIGÊNCIA

O presente acordo coletivo terá vigência de 12 (doze) meses, ou seja, de 01 de Maio de 2020 a 30 de Abril de 2021.



SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

Cosmópolis-SP, 01 de maio de 2020.

José Nascimento dos Santos
Presidente Sindicato

Eng.º José Pivatto
Prefeito Municipal

Câmara Municipal

COMUNICADO
AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI
ORÇAMENTÁRIA

CONSIDERANDO a existência de pandemia do coronavírus (COVID-19), nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde- OMS; **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID – 19), com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério da Saúde nº 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do Decreto Legislativo do Congresso Nacional nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020, e da quarentena declarada pelo Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, e estendida pelo Decreto nº 64.967 de 08 de maio de 2020; **CONSIDERANDO** a alta escalabilidade viral do novo coronavírus (COVID-19); **CONSIDERANDO** que ao Município cabe a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública, buscando evitar a disseminação da doença em seu território;

A Câmara Municipal de Cosmópolis, acompanhando a decisão do Poder Executivo Municipal, comunica que, excepcionalmente e pelos motivos acima expostos, não será realizada Audiência Pública Presencial para tratar sobre o Projeto de Lei nº 72/2020, de autoria do Poder Executivo, que “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Cosmópolis para o exercício de 2021 e dá outras providências.

A Lei Orçamentária – LOA é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano.

Sendo assim, a Audiência Pública que

antes era realizada presencialmente, reunindo servidores públicos e abertas à participação da população, será substituída pela Audiência On-line, que será realizada no dia 21 de outubro de 2020, a partir das 18h30min, através do link: **meet.google.com/qww-vkqp-zfk** ou pelo código **qwwvkqpzfk**

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS,
13 DE OUTUBRO DE 2020.

Dr. Élcio Amâncio
Presidente

RESUMO DOS TRABALHOS DA 33ª
SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE
2020, REALIZADA NO DIA 13 DE
OUTUBRO DE 2020, ÀS 13 HORAS,
TERÇA-FEIRA, NO PLENÁRIO JOÃO
CAPATO, 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

	B l o c o Parlamentar I: Vereadores Cristiane Paes, Élcio Amâncio, José Carlos Passos Neto.
	Vereadores: Aldenis Mateus Pereira, André Luiz Barbosa Franco, Edson Leite, Eliane Lacerda, Dr. Eugenio, Hiroshi, Rafael Piauí, Renato Muniz e Renato Trevenzolli.

1ª PARTE – EXPEDIENTE

- 1. Leitura da Mensagem Espiritual.**
- 2. Chamada dos Senhores Vereadores.**
- 3. Leitura e votação da Ata da 32ª Sessão Ordinária do ano de 2020 – aprovada pela unanimidade dos presentes.**
- 4. Leitura** do Ofício nº 1522/2020, recebido do Poder Executivo.
- 5. Leitura do Projeto de Lei nº 73/2020, de autoria do Poder Executivo,** que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Cosmópolis a realizar Termo de Fomento com o Lar Arco Íris, situado neste município, para o repasse do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a construção da Fase 1 da Sede, e dá outras providências”.
- 6. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2020, de autoria do Vereador André Maqfran,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadã

Cosmopolense”.

- 7. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2020, de autoria da Vereadora Eliane Lacerda,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadã Cosmopolense”.

- 8. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2020, de autoria da Vereadora Eliane Lacerda,** que “Dispõe sobre concessão do Título de Honra ao Mérito”.

- 9. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2020, de autoria do Vereador Renato Trevenzolli,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadão Cosmopolense”.

- 10. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2020, de autoria do Vereador Renato Trevenzolli,** que “Dispõe sobre concessão da Ordem do Mérito “Sidney Alves Aranha”.

- 11. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2020, de autoria dos Vereadores Renato da Farmácia e Hiroshi,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadão Cosmopolense”.

- 12. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2020, de autoria dos Vereadores Renato da Farmácia e Hiroshi,** que “Dispõe sobre concessão da Ordem do Mérito “Sidney Alves Aranha”.

- 13. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2020, de autoria do Vereador Rafael Piauí,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadã Cosmopolense”.

- 14. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 09/2020, de autoria da Vereadora Cristiane Paes,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadã Cosmopolense”.

- 15. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2020, de autoria do Vereador Mestre Aldenis Mateus,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadão Cosmopolense”.

- 16. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2020, de autoria do Vereador Edson Leite,** que “Dispõe sobre concessão de Diploma do Mérito Policial”.

- 17. Leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2020, de autoria do Vereador Edson Leite,** que “Dispõe sobre concessão de Título de Cidadão Cosmopolense”.

- 18. Leitura e única discussão**

do Requerimento nº 269/2020, de autoria dos Vereadores Renato Trevenzolli e Antonio Edson Leite, requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de providenciar o desassoreamento da represa do rio Pirapitingui, aproveitando o período de estiagem prolongada – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 19. Leitura e única discussão do Requerimento nº 270/2020, de autoria dos Vereadores Hiroshi e Renato da Farmácia,** requerendo ao Executivo informações sobre a falta generalizada de água no Município, conforme especificado – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 20. Leitura e única discussão do Requerimento nº 272/2020, de autoria do Vereador Rafael Piauí,** requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de liberar as escrituras dos imóveis localizados nas Ruas Vereador Alcides Jesus Paixão, Projetada I, João Marascalchi e José Giacomini, localizadas no bairro Parque Dona Ester, conforme o projeto Cidade Legal – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 21. Leitura e única discussão do Requerimento nº 273/2020, de autoria do Vereador José Carlos Passos Neto,** requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de efetuar o recapeamento da pavimentação asfáltica da Rua José Antonio Tozelli, na altura do nº 400, em frente ao Condomínio Mont Blanc – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 22. Leitura e única discussão do Requerimento nº 274/2020, de autoria da Vereadora Cristiane Paes,** requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de recapear e renovar a sinalização de solo e vertical da estrada municipal CMS-470 de acesso à região do Itapavussu – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 23. Leitura e única discussão do Requerimento nº 275/2020, de autoria do Vereador Edson Leite,** requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de promover reforma no calçamento do entorno da Praça do Coreto, conforme especificado – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 24. Leitura e única discussão do Requerimento nº 276/2020, de autoria do Vereador Edson Leite,** requerendo ao Executivo informar sobre a possibilidade de promover a ocupação, mesmo que provisoriamente, da URCA, com atividades de interesse do povo, como criação de feira de produtores rurais ou feiras noturnas ou praça, eventos de

lazer, centro comercial, etc – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 25. Leitura e única discussão do Requerimento nº 277/2020, de autoria do Vereador Edson Leite,** requerendo ao Executivo informações sobre Emenda Parlamentar para castração de animais (cães e gatos), no valor de R\$ 120.000,00, assinada pelo deputado federal Vanderlei Macris – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

- 26. Palavra dos Senhores Vereadores.**

- 27. Comunicações à Casa.**

- 28. Intervalo Regimental - dispensado.**

2ª PARTE – ORDEM DO DIA

- Única discussão do Requerimento nº 279/2020, de autoria de Vereadores do Legislativo Cosmopolense,** requerendo que sejam dispensados os interstícios e demais formalidades regimentais para que seja submetido em única discussão o Projeto de Lei nº 73/2020, de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Cosmópolis a realizar Termo de Fomento com o Lar Arco Iris, situado neste município, para o repasse do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a construção da Fase 1 da Sede, e dá outras providências – **aprovado pela unanimidade dos presentes .**
- Única discussão do Projeto de Lei nº 73/2020, de autoria do Poder Executivo,** que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Cosmópolis a realizar Termo de Fomento com o Lar Arco Iris, situado neste município, para o repasse do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a construção da Fase 1 da Sede, e dá outras providências – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**
- Segunda discussão do Projeto de Lei nº 66/2020, de autoria do Vereador Rafael Piauí,** que “Dispõe sobre denominação de logradouro público” – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**
- Segunda discussão do Projeto de Lei nº 68/2020, de autoria da Vereadora Eliane Lacerda,** que “Dispõe sobre denominação de logradouro público” – **aprovado pela unanimidade dos presentes.**

PLENÁRIO JOÃO CAPATO, 13 DE OUTUBRO DE 2020.

Dr. Élcio Amâncio
Presidente

Publicado na Secretaria na data “supra”.

Maria Cristina Mathenhauer
Guerreiro
Supervisora Legislativa
Administrativa

ATO DA MESA Nº 37/2020

“Autoriza abertura de licitação na modalidade “Pregão Presencial”, do tipo menor preço”.

A Mesa da Câmara Municipal de Cosmópolis, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei e pelo Regimento Interno da Casa e:

Considerando o disposto no artigo 23 – Inciso XIII do Regimento Interno;

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de licitação, na modalidade “Pregão Presencial”, do tipo menor preço, para aquisição de catorze notebooks de 14 polegadas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Cosmópolis, conforme as especificações do Anexo I – Termo de Referência.

Artigo 2º - Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS,
14 de Outubro de 2020.

Dr. Élcio Amâncio
Presidente

Rafael Basílio de Carvalho
2º Secretário

Publicado na Secretaria, na data “supra”.

Maria Cristina Mathenhauer Guerreiro
Supervisora Legislativa Administrativa

